

## A pedido de Emanuelzinho, ministro traz reforço a Cuiabá

Durante a visita a Cuiabá na última sexta-feira (9), o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, assinou um convênio para melhorar o atendimento à população da capital. Queiroga veio a Mato Grosso atendendo convite do deputado federal Emanuelzinho (PTB), que articula mais investimentos na saúde pública e o envio de doses extras de vacina contra a covid-19. O convênio firmado prevê a ampliação do programa Saúde na Hora, que amplia o horário de funcionamento das unidades básicas de Saúde (UBS) de 40 horas para 60 horas semanais. Também há previsão de injetar mais recursos na atenção primária

PÁG. 3

## PEC da Empaer abre 'guerra' entre governo e Assembleia

Aprovada e promulgada em tempo recorde, a PEC da Empaer foi promulgada pela Assembleia Legislativa, em meio a uma intensa troca de farpas entre deputados estaduais e o governador. Os parlamentares buscam a readmissão de 61 servidores demitidos da autarquia após decisão judicial, pois foram contratados na década de 1990 sem concurso público. Contudo, o governo afirma que a medida proposta pela Assembleia é inconstitucional e está sendo usada como palanque eleitoral pelos deputados, o que pôs ainda mais 'lenha na fogueira'

PÁG. 7



Gilberto Leite

## Max quer manter Assistência no FEEF

O uso de parte dos recursos do extinto Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF) em ações de assistência social continua causando discórdia na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Após devolver o projeto de lei após um pedido de vistas, o deputado estadual Lúdio Cabral (PT) defendeu que os recursos sejam direcionados apenas para a Saúde, mas o presidente da Assembleia, Max Russi (PSB), não concorda com isso. Ele defende um 'meio-termo', como a proposta feita pelo deputado Eduardo Botelho (DEM)

PÁG. 6



Gilberto Leite

## Produção de cachaça cresce em Mato Grosso



Pixabay

O número de marcas de cachaça e aguardente registradas cresceu em 2020. Apesar do gosto amargo deixado pela pandemia – que provocou queda de 23% no volume de consumo – a formalização de destilados em Mato Grosso avançou 25% para cachaça e mais que dobrou para aguardente. Os números do setor constam do Anuário da Cachaça 2021, divulgado nesta semana pelo Ministério da Agricultura (Mapa). Apesar do resultado positivo, o setor alerta para o crescimento do número de produtores clandestinos e informais, que cresceu significativamente, atingindo cerca de 40% do total consumido no país

PÁG. 8

## Concessão da BR-163 garante R\$ 1,8 bilhão em investimentos

O grupo Via Brasil BR-163 venceu o leilão de concessão da principal rodovia de Mato Grosso, no trecho entre Sinop (MT) e Miritituba (PA), realizado na quinta-feira (8). A concessionária, formada por empresas de Mato Grosso, foi a única a apresentar proposta. Nos próximos anos, o segmento de 1.009,52 quilômetros passa a ser gerido pela iniciativa privada, que deverá investir quase R\$ 2 bilhões em obras de melhorias e construção de ramais de acesso aos portos do Pará. Além disso, o governo federal garantiu mais R\$ 1 bilhão para serviços operacionais e atendimentos ao usuário, o que deve gerar 29 mil empregos

PÁG. 8



Edsom Leite/Minfra

## Governo libera cirurgias eletivas nos hospitais

O governador Mauro Mendes (DEM) determinou a retomada das cirurgias eletivas nos hospitais públicos de Mato Grosso, que estavam suspensas desde março de 2020, para liberar leitos para pacientes de covid-19. O decreto ainda determina a retomada do expediente normal nos órgãos públicos de Mato Grosso. Antes, cada órgão ou entidade poderia suspender ou reduzir o horário de atendimento ao público conforme a necessidade, como medida para ajudar a prevenir contágio pelo novo coronavírus

PÁG. 6



## EDITORIAL

## O fracasso negacionista

Queridinha dos negacionistas brasileiros por sua estratégia anti-lockdown, a Suécia se confirmou como um exemplo. Uma prova viva de que essa estratégia não dá certo. As mortes dispararam e a economia caiu de todo o jeito, mas os resultados foram muito piores do que os registrados em seus vizinhos escandinavos, em ambos os aspectos. A falha levou à renúncia do premiê Stefan Lofven, há cerca de duas semanas, após se tornar o primeiro líder da Suécia a receber um 'voto de desconfiança' do parlamento.

Para ser justo, é preciso ressaltar que as autoridades da Suécia afirmavam que a estratégia anti-lockdown não tinha como objetivo preservar a situação econômica do país, mas se tratava de uma ação em prol da Saúde Pública. Acreditaram que seria possível atravessar a pandemia sem combatê-la, aumentando a capacidade hospitalar conforme a necessidade, o que se provou um fracasso. O resultado é que a Suécia ostenta hoje a triste liderança de mortes entre os países escandinavos, com mais de 14.633

óbitos – 18 vezes mais que a vizinha Noruega, que abraçou o lockdown.

O resultado econômico da estratégia 'anti-lockdown' também foi pior que o de seus vizinhos. Segundo dados do Banco Mundial, o PIB da Suécia encolheu 2,8% em 2020, contra 0,8% da vizinha Noruega. Além disso, o país continua sofrendo para retomar o crescimento econômico, enquanto seus vizinhos começam a colher os frutos de uma estratégia bem sucedida de combate à pandemia.

O caso da Suécia confirma algo que temos dito deste o início da pandemia: o elevado número de mortes reduz mais o consumo do que o fe-

chamento do comércio. Sobre tudo na era da internet, onde ainda é possível fazer as compras por meio de celulares e computadores, na segurança do lar. Contudo, uma população deprimida pelo luto não sente vontade de comprar. Efeito parecido ao que vemos no Brasil, que continua patinando em sua trajetória de recuperação econômica e ainda não consegue traduzir o ligeiro crescimento registrado nos últimos meses retomada do emprego.

Somente a história poderá julgar quem errou e quem acertou em meio à pandemia. Contudo, as evidências têm mostrado que a ciência foi quem menos errou ao re-



comendar vacinação e lockdown para conter o avanço do coronavírus. Torna-se cada vez mais difícil entender como ainda existem pessoas que rejeitam os avisos de especialistas e insistem em recusar a vacinação. Lembremos os ensinamentos de Charles Darwin, pois a ciência é, de fato, nossa maior ferramenta de adaptação e sobrevivência.

## Dante: um homem do povo

Emanuel Pinheiro (\*)

Política é feita de gente, por gente e para gente. Foi isso que aprendi ao acompanhar a linda trajetória construída por Dante Martins de Oliveira. Um ícone mato-grossense, com importância nacional, que nas suas palavras e ações sempre fez questão de deixar em evidência a verdadeira essência de um gestor público: o trabalho voltado para os mais humildes, aqueles que mais precisam de um olhar cuidadoso do poder público. Hoje completamos 15 anos sem Dante de Oliveira.

Minha inserção na política aconteceu ainda muito cedo. Praticamente, desde o meu nascimento, minhas raízes nessa área já eram fortalecidas. Ainda quando criança, acostumei a ver a casa da minha família cercada de gente, gente do povo, já que meu pai

também tinha uma veia política popular, marcada pelo contato direto com a comunidade.

Posteriormente, ao decidir seguir esse caminho, também levei comigo essa característica, sem deixar de buscar novas inspirações. É nesse momento que entra Dante Martins de Oliveira. Ao mencionar seu nome, o legado democrático deixado por ele, por meio do movimento das Diretas Já, talvez seja o principal ato na memória da grande maioria. E sua luta contra a ditadura militar, sem dúvida alguma, deve sempre ser exaltada.

No entanto, além do destemor e força na peleja pela democratização do Brasil, outro atributo sempre me chamou atenção em Dante: sua paixão pelo povo. Excelente estadista, sua vida política foi sempre pautada pelo diálogo e portas abertas à população. A forma de administrar adotada por Dante deveria ser

um exemplo para todo gestor público, que é eleito pelo povo e para trabalhar pelo povo.

Foi ultrapassando os limites físicos impostos pelas paredes dos gabinetes que Dante Martins de Oliveira conseguiu construir sua brilhante carreira como deputado federal, deputado estadual, ministro de Estado, prefeito de Cuiabá e governador do Estado de Mato Grosso, ambos por duas oportunidades. É isso o que eu sempre busquei na minha gestão e que diariamente cobro da minha equipe.

A Prefeitura de Cuiabá deve ser a representação da força, garra, emoção e paixão do povo cuiabano. Sendo assim, os gestores públicos que compõem o Executivo municipal não devem ficar isolados no Palácio Alencastro ou em seus gabinetes. Isso porque devemos, enquanto agentes públicos, trabalhar da forma como é esperado pela população. E o

que a população quer é um gestor apaixonado, que gosta de estar na rua, com o povo, como era Dante.

A história de sucesso de Dante nos ensina que somente vivenciando o sentimento e as percepções das comunidades, somente com a humildade de saber dialogar, conhecendo de perto a realidade enfrentada pelo cidadão, é que um gestor será capaz de encontrar soluções efetivas. Ao contrário disso, uma gestão desconectada do povo está fadada ao insucesso, a tomada de decisões autoritárias e ineficientes diante das necessidades apresentadas pela população.

EMANUEL PINHEIRO, prefeito de Cuiabá.



## Reforma política

Caiubi Kuhn (\*)

Um dos temas que voltou a ser debatido no congresso é a realização de uma nova minirreforma política, ou seja, mudanças nas regras de como funciona o sistema eleitoral. Caso aprovada, será a 12ª reforma em 25 anos. Entre os itens que talvez sejam debatidos, está adoção do modelo de voto distrital e mudanças nas cláusulas de barreiras. Embora a reforma política não seja um dos temas preferidos do debate nacional, acredito que as mudanças no sistema eleitoral devem ser olhadas com muito cuidado e atenção pela população. Afinal, elas ajudam a desenhar quem pode e quem não pode chegar ao poder no Brasil, e como será a representação, ou pseudo representação do povo no congresso nacional. Este texto irá abordar sobre como alguns pontos mudados em reformas anteriores só serviram para manter os caciques políticos e suas famílias no poder, usando o dinheiro público para isso.

Imagine você leitor, ter que disputar uma corrida. Agora imagine que você terá para isso um fusca 78 e seu concorrente um Ferrari de última geração. Quais as suas chances de ganhar? Bom, não são muitas né. Esse exemplo serve para explicar como funciona a divisão de recursos em uma campanha eleitoral.

Até as eleições de 2016, o recurso para o financiamento de campanha vinha principalmente de empresas como a JBS, Odebrecht entre muitas outras que tinham de alguma forma, republicana ou não, interesse que alguém fosse eleito. Sabemos que este modelo

resultou em grandes escândalos de corrupção, que mostraram que a doação de recursos para campanhas de alguns iluminados algumas vezes estavam ligados a desvio de recursos públicos.

Em 2017 o congresso aprova o fim do financiamento privado de campanha, seguido da criação de um fundo público destinado a tal função. Nas eleições de 2018 foram gastos mais 1,7 bilhões para financiar as eleições, que foi dividido pelos partidos conforme o número de parlamentares que cada um possuía no congresso.

Não vou entrar no mérito se o fundo de financiamento de campanha deveria ou não existir. Mas é um fato que ele não deveria ser usado para prejudicar o processo democrático. O que muita gente não sabe é que o dinheiro público, do suor do povo brasileiro, foi dividido de forma totalmente desproporcional nas eleições de 2018, com o único propósito de manter muitos caciques e filhos de caciques no poder. Para demonstrar isso, vou apresentar alguns dados de como o fundo eleitoral foi usado no estado de Mato Grosso.

Alguns jovens tentaram ser eleitos para deputado federal em 2018. Entre eles Vinicius Brasilino, jovem negro de família pobre, que possui uma história de militância no movimento estudantil. Também tentou uma cadeira Emanuelzinho, um jovem que costumava acompanhar o pai em seu trabalho. O pai, no caso, era Emanuel Pinheiro, prefeito de Cuiabá. Vinicius teve pouco mais de 21 mil para fazer sua campanha, deste total 5 mil reais vieram dos recursos do partido e do

fundo eleitoral. Por outro lado, Emanuelzinho teve disponível para sua campanha quase 1,7 milhões, sendo que 89% deste valor, ou seja mais 1,5 milhões dos recursos públicos do fundo partidário ou do fundo eleitoral. Voltando ao exemplo da corrida, o jovem Vinicius tinha um fusca velho e com problemas e Emanuelzinho uma Ferrari nova. Não preciso nem dizer qual deles ganhou as eleições e foi eleito um dos deputados mais jovens do país. Tudo isso pago com dinheiro público. Por quê? É claro, Emanuelzinho ganhou isso porque me-re-ceu!

O exemplo anterior é de dois candidatos de partidos diferentes. Mas e como foi a divisão dos recursos públicos dentro de um mesmo partido? O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Mato Grosso, foi o partido que mais elegeu deputados federais, conseguiu duas das 8 cadeiras disponíveis. Disputaram as eleições 7 candidatos do partido, 4 homens e 3 mulheres. O partido é presidido pelo Deputado Federal Carlos Bezerra há muitos anos, que contou nas eleições de 2018 com mais de 1,8 milhões de reais vindo dos recursos partidários ou do fundo eleitoral. E quanto recebeu dos recursos públicos os outros candidatos do MDB? Valtenir Pereira, na época candidato a reeleição, recebeu a fatia de 1.5 milhões; mesmo valor de Rogério Silva, já Juarez Costa recebeu 30 mil reais de recurso do partido, porém conseguiu um elevado valor em doações de pessoas físicas - mais de 260 mil reais. Entre as mulheres Mylene Lustosa recebeu 55 mil do fundo partidário; mesmo valor de Elenilza Pereira, já Gil recebeu 30 mil dos recursos públicos. Foram eleitos Bezerra com mais de 59

mil votos e Juarez com 49 mil votos. Mylene foi a mulher mais bem votada do MDB com pouco mais de mil votos.

Eu não sei o que o leitor acha, mas acredito que os dados acima ajudam a explicar por que temos tão pouca representação de jovens da periferia, ou de mulheres no congresso nacional. O mesmo que acontece com o recurso do fundo eleitoral, também ocorre com a divisão do tempo de propaganda na televisão. Pode reparar, alguns candidatos aparecem a todo tempo e outros, nunca. Infelizmente nas eleições, em muitos partidos, os caciques políticos escolhem quem vai disputar para ganhar e quem simplesmente vai só participar do processo eleitoral. E fazem isso usando o seu dinheiro. Enquanto isso, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) nada faz para garantir a igualdade de disputa, e trata com naturalidade um partido destinar milhões do fundo eleitoral para uns e alguns mil reais para outros. Qualquer recurso público destinado a eleição deveria ser dividido igualmente entre todos os candidatos, caso contrário o dinheiro do contribuinte está sendo usado para favorecer um processo de disputa desleal e desonesta. Para mudar o congresso, precisamos garantir um modelo justo de disputa eleitoral.

CAIUBI KUHN Professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT).



## Alergias sazonais

Karin Krause Boneti (\*)

A paisagem não é a única coisa que muda conforme a cidade ganha contornos mais intensificados de inverno. Sua pele e tolerância à mudança do clima também podem sofrer alterações. Isto é conhecido como alergia sazonal e é comum em pessoas de todas as idades. Espirros, congestão, coriza e outros sintomas costumam refletir tal quadro. No entanto, você sabia que as alergias sazonais também afetam bastante sua pele?

Um dos principais motivos pelos quais elas ocorrem é devido ao aumento de pólen no ar, o que causa irritação na pele de pessoas com baixa tolerância ao pólen – que, por sua vez, pode aumentar à medida que as estações mudam e o clima transita do outono para o inverno e da primavera para o verão. É quando nosso sistema imunológico identifica um alérgeno e responde liberando histaminas na corrente sanguínea, causando uma reação alérgica.

Sendo assim, pessoas com alergias sazonais provavelmente terão um aumento de pele seca (aridez), com coceira e irritação. Se isso ocorrer, a recomendação é usar cremes hidratantes que contenham glicerina para hidratar novamente as áreas secas. Quando há secura severa, urticária e manchas escamosas também podem aparecer. Nestes casos, usar loção de calamina pode aliviar a coceira.

Se sua área nasal estiver seca devido ao escurrimo, certifique-se de usar lenços adequados e limpos. Isso ajudará a aliviar o ressecamento do nariz. Claro que vale a pena reforçar que é preciso estar atento aos sintomas de Covid-19 e identificar se a coriza é algo isolado ou não. Em dúvida, procure um médico e realize o teste correspondente.

Agora, você deve estar se perguntando: como salvar a pele de alergias sazonais? Primeiro, precisamos entender que o pólen está mais frequentemente no ar em dias secos e ventosos. Outra situação comum de alergia é cortar grama ou remover ervas daninhas. Ambas estimulam os alérgenos do pólen. Logo, se você tiver baixa tolerância ao pólen e for possível, evite ambientes externos e atividades assim nesses períodos. Desta forma, será menos provável que você sinta rinorreia, coceira nos olhos e na pele.

Além disso, existem medidas válidas para dentro de casa que ajudam a reduzir o pólen no ar. Manter as janelas fechadas de manhã e tarde da noite é uma boa opção. Isto, pois as contagens de pólen são mais altas durante esses horários. Manter o ar condicionado ligado em casa e usar um de-

sumidificador também podem auxiliar a evitar que a pele resseque.

Anti-histamínicos orais, descongestionantes e spray nasal são as melhores opções de medicamentos sem receita que podem ajudar a aliviar os sintomas de alergia e seus efeitos na pele. Os anti-histamínicos orais contribuem para aliviar espirros, coceira e nariz escorrendo. Descongestionantes auxiliam na limpeza das vias nasais, mas só devem ser usados por apenas poucos dias.

Se o problema persistir, o spray nasal pode ser usado de forma mais consistente. Tanto que é bom ter o spray em mãos se você sabe que sofre de alergias sazonais. Ele pode ser usado antes mesmo dos sintomas começarem. Aliás, anti-histamínicos orais, descongestionantes e spray nasal não ajudam você apenas a se sentir melhor, mas também auxiliam sua pele a reter a umidade novamente e limpar o ressecamento que pode ter ocorrido.

Caso já tenha experimentado medicamentos sem receita e ainda ocorram alergias sazonais (e sua pele permanece sendo afetada), pode ser hora de consultar um médico dermatologista. O profissional pode solicitar exames de pele e de sangue para determinar quais alérgenos desencadeiam seus sintomas. Desta maneira, eles podem determinar tratamentos específicos para você.

\*KARIN KRAUSE BONETI é médica dermatologista pela Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) e diretora clínica da Frémissant



Jornal  
**IMPRESSO MT**

FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: impressomt@gmail.com Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505  
Telefone: 65 99696-6688



**ATENÇÃO PRIMÁRIA**

Atendendo convite do deputado Emanuelzinho, Queiroga vem a Cuiabá e assina convênio para melhorar atendimento de saúde na capital

# Ministro anuncia investimentos

Gilberto Leite



Queiroga veio a Mato Grosso atendendo convite do deputado federal Emanuelzinho (PTB)

**GOVERNO X AL**

## Botelho: "Cada um no seu quadrado"

Da redação

A relação entre os deputados estaduais e o governador Mauro Mendes (DEM) definitivamente está passando por um período conturbado. Tanto que, após o governador criticar alguns projetos da Assembleia como politiquieiros e dizer que alguns parlamentares têm 'ideias malucas', Eduardo Botelho (DEM) – que até então era um dos maiores aliados do governador na Assembleia – resolveu responder no mesmo tom e disse que o Parlamento já é independente há algum tempo.

O deputado estadual explicou que a independência é um grande legado que será deixado para a Casa de Leis. Botelho citou que todos os projetos enviados pelo Executivo passaram a ser modificados e ainda falou que não existe a tal "dança do crioulo doído" dita pelo governador.

"A Assembleia passou a fazer uma interlocução e houve uma discussão em todos os sentidos. Eu diria que o certo não é a 'dança do crioulo doído', o certo é a 'dança do quadrado', cada um no

seu quadrado, meu amigo. A Assembleia tem a sua independência, a sua autonomia, tá melhorando os projetos e é um direito dela", falou Botelho, em entrevista à Rádio Jovem Pan.

Botelho revelou que desde que os parlamentares aprovaram a reforma tributária, que deu estabilidade e fôlego às contas do governo, a Assembleia vem

trabalhando de forma a exercer sua autonomia. Na época, Botelho era presidente do Legislativo e lembra que todos os deputados passaram por pressão de servidores públicos, de representantes do agronegócio, do comércio e dos demais setores produtivos, atuando como um 'para-raios' do governo.

Após comprar a briga do governo duran-

te a reforma tributária, a Casa de Leis resolveu ser mais independente. Segundo Botelho, esse novo perfil foi responsável pela aprovação de projetos importantes para o Estado estar na condição financeira favorável em que se encontra hoje.

Sobre a crítica do governador em relação à PEC 10/2021, a PEC da Empaer, que reintegra 61 servidores demitidos da autarquia, Botelho afirmou que se existe inconstitucionalidade, quem vai decidir é a Justiça. Ele ressaltou que o Direito não é uma ciência exata, como fica claro com várias decisões por placar 'apertado' no Supremo Tribunal Federal (STF).

"Esse entendimento também existe em relação à Assembleia Legislativa e ao Executivo. A análise jurídica da Assembleia Legislativa tem um posicionamento. A Procuradoria do Estado tem outro, então isso vai desaguar na Justiça, e lá não tem ninguém doído e nem correndo atrás de votos. Estamos tomando posições que achamos acertadas para o momento", concluiu.



Gilberto Leite

Botelho rebate Mauro e diz que independência da AL foi conquistada há tempos

Da redação

Durante a visita a Cuiabá na última sexta-feira (9), o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, assinou um convênio para melhorar o atendimento à população da capital. Queiroga veio a Mato Grosso atendendo convite do deputado federal Emanuelzinho (PTB), que articula mais investimentos na saúde pública e o envio de doses extras de vacina contra a covid-19.

O convênio firmado prevê a ampliação do programa Saúde na Hora, que amplia o horário de funcionamento das unidades básicas de Saúde (UBS) de 40 horas para 60 horas semanais. Também há precisão de injetar mais recursos na atenção primária.

"Hoje aqui, assinamos um acordo para ampliar o horário de atendimento na unidade básica de saúde, de 40h para 60h. E mais recursos para atenção primária, pouco mais de R\$ 31 mil por cada unidade no Programa Previne Brasil do Governo Federal e o aprimoramento na atenção primária estamos fazendo uma evolução na saúde brasileira. Reconhecemos o esforço que o prefeito fez para fazer esse hospital (HGU) que atende todo Mato Grosso. Fique sabendo da admiração que o Bolsonaro tem pelo senhor Emanuel Pinheiro e pelo deputado Emanuelzinho, que ajuda o Brasil com projetos de lei", disse o ministro.

Ao prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), Queiroga prometeu retornar

a Cuiabá em cerca de 90 dias, para inaugurar a 4ª Unidade de Pronto Atendimento da Capital, a segunda na gestão Pinheiro. Em sua fala, ele ainda cita o compromisso que o ministro fez com o deputado Federal Emanuelzinho (PTB) para o retorno do mesmo na inauguração da quarta UPA em Cuiabá.

"Acabamos de levar vossa excelência para conhecer aquela que será a quarta UPA na nossa Capital e a segunda na nossa gestão. Daqui a 90 dias, o deputado Emanuelzinho e Wellington Fagundes (PL) já tem uma agenda marcada com o ministro, que voltará a Cuiabá para entregar a UPA Leste, no Jardim Leblon, para o povo cuiabano", citou o prefeito.

Durante a conversa com jornalistas, Emanuel revelou que o objetivo da Prefeitura de Cuiabá é levar duas UBS com horário estendido a cada uma das regiões da capital, com objetivo de facilitar o acesso dos trabalhadores à atenção primária. Emanuel lembrou que Cuiabá é pioneira no programa Hora Estendida, que foi implantado por ele na gestão passada (2017-2020).

"A nossa meta é: queremos uma unidade do Hora Estendida em cada região para atender o trabalhador cuiabano e seus familiares. Iniciamos o programa com a UBS - Unidade Básica de Saúde do bairro Tijuca e depois fomos para o CPA I e Parque Ohara, Residencial Ilza Terezinha Picolli Pagot e também Ana Poupina. Vamos aplicar este programa para atender o trabalhador com mais presteza, dignidade o trabalhador cuiabano e familiares. Temos 5 unidades e quero colocar 2 UBS com o programa Hora Estendida por região e passar para dez", garantiu o prefeito.

**EM DESTAQUE**

## Emanuelzinho emplaca lei contra violência à mulher

Da redação

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 14.164, que cria a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher

A lei de autoria do deputado federal Emanuelzinho (PTB) foi inspirada num projeto escolar de alunos do Colégio Notre Dame de Lourdes, em Cuiabá.

O caso ganhou destaque na coluna da jorna-

lista Mônica Bergamo, da *Folha de S.Paulo*.

A semana será realizada sempre no mês de março em todas as instituições de ensino da Educação Básica, públicas e privadas.

O evento deverá contribuir para a disseminação da Lei Maria da Penha, além de impulsionar a reflexão crítica nos estudantes sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher.

**AÇÃO NA JUSTIÇA**

## Vacinação de professores opõe MP e Assembleia

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Max Russi (PSB), classificou como 'super errada' a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Ministério Público do Estado (MPMT) para derrubar trecho da lei que condiciona o retorno das aulas presenciais na rede estadual de ensino à vacinação de todos os professores.

O retorno das aulas presenciais na rede estadual estava previsto para o dia 3 de agosto, mas a aprovação da lei deixou essa data em suspenso, já que é preciso comprovar a imunização de 100% dos profissionais.

"Acredito que essa ação do MP está super errada. Ainda não recebi nada sobre, mas recebendo, a Procuradoria

da Assembleia Legislativa vai fazer a defesa", disse, na sexta-feira (9), durante a visita do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, a Mato Grosso.

A ação é movida pela 8ª Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá. O MP argumenta inconstitucionalidade no referido artigo, devido à violação ao princípio da separação dos Poderes, estabelecidos na Constituição Estadual. "Caso não seja concedida a medida liminar, haverá imenso prejuízo ao calendário e ao planejamento escolar na Rede Estadual de Ensino", enfatizou o MPE.

Consta na ADI que o dispositivo questionado, de iniciativa do Poder Legislativo, invadiu a competência do Poder Executivo ao intervir na definição do período de retorno das aulas presenciais da rede estadual.

"A Assembleia vai defender o que foi aprovado", afirmou o deputado Eduardo Botelho (DEM), ao saber da ação. Segundo ele, era certo que a discussão fosse parar na Justiça. "A Procuradoria da Assembleia vai defender o que foi aprovado em Assembleia e vamos aguardar a decisão judicial".

De acordo com o MP, a referida norma acabou criando uma determinação que não foi originada pelo chefe do Poder Executivo, ou mesmo pela Secretaria de Estado de Educação, responsável pela formulação do calendário escolar e adoção de outras medidas que dizem respeito à educação em nível estadual. Outro ponto levantado diz respeito à violação aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

"A imposição de que o retorno das aulas somente será precedido da comprovação de imunização de todos os profissionais da Rede Estadual de Ensino destoa do teor que os referidos princípios revelam, haja vista que os demais servidores públicos do Estado encontram-se laborando de forma presencial sem que haja essa exigência, obedecendo, no entanto, às medidas sanitárias razoáveis de prevenção à covid-19".

O MP destaca que o retorno às aulas não depende exclusivamente do gestor público, pois não vincula à disponibilização das vacinas, mas sim à comprovação da imunização. "Pode não ocorrer comprovação por ao menos dois motivos: ausência de interesse em vacinar e escolhas por vacinas que acabam por adiar a imunização".

**PUBLICAR**  
Suas Publicações Legais é aqui na Publicar

- Atas
- Editais
- Extravios
- Balanços
- Estatutos
- Convocações
- Regulamentos
- Avisos de licitações

**65-99228-9990**





# QUITE SEUS DÉBITOS COM DESCONTO ATÉ 30/07/21

O Mutirão da Conciliação Fiscal foi prorrogado para ajudar você a quitar seu IPTU, ISSQN, multas de trânsito e outros débitos com o município, inscritos na dívida ativa ou não.



Acesse o site [www.refis.cuiaba.mt.gov.br](http://www.refis.cuiaba.mt.gov.br) ou vá pessoalmente até o CIAC - Centro Integrado de Atendimento ao Contribuinte - na sede da Procuradoria do município.



/prefeituracba



@cuiabaprefeitura



[www.cuiaba.mt.gov.br](http://www.cuiaba.mt.gov.br)



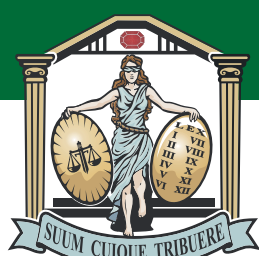


**DESCONTOS**  
Até **95%** sobre  
**JUROS E MULTAS**

**PARCELAMENTO**  
em até **48x**  
DEPENDENDO DO VALOR DA PARCELA

**APROVEITE ESSA CHANCE!**

Quite seu IPTU atrasado e ganhe 10% de desconto no pagamento do IPTU 2021 em agosto.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



**CUIABÁ**  
PREFEITURA



## 'GUERRA DO FEEF'

Presidente da Assembleia critica proposta de Lúdio Cabral, que direciona todos os recursos do Fundo de Equilíbrio Fiscal para a Saúde

## Max defende dinheiro para o Social

Gilberto Leite



Max defende proposta feita por Botelho, que partilhou os recursos do FEEF em 80% para Saúde e 20% para Assistência Social



## Da redação

O uso de parte dos recursos do extinto Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF) em ações de assistência social continua causando discordância na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Após devolver o projeto de lei após um pedido de vistas, o deputado estadual Lúdio Cabral (PT) defendeu que os recursos sejam direcionados apenas para a Saúde, mas o presidente da Assembleia, Max Russi (PSB), não concorda com isso.

Lúdio pediu vistas durante a sessão e devolveu a proposta com emenda na noite de quarta-feira (7), com objetivo de repassar 100% do dinheiro para a Saúde. A proposta de Lúdio foi criticada pelo presidente da Casa, que já atuou como secretário de Assistência

Social durante o governo de Pedro Taques.

“Cuidar da Saúde sim, temos recursos na Saúde, mas nós também temos que fazer a área social. Sou um deputado social, defendo muito as causas sociais e vou trabalhar contra essa emenda, porque entendo que a gente tem que fazer pelo social e pelas pessoas que mais precisam no estado”, disse Max, na manhã da última quinta-feira (8).

Conforme o presidente, o ideal é manter os termos do substitutivo apresentado pelo deputado Eduardo Botelho (DEM), que propôs a aplicação de 80% dos recursos na Saúde, destinando 20% para a Assistência Social. A emenda de Botelho também foi defendida pelo governador Mauro Mendes (DEM).

Na avaliação de Max, a distribuição dos recursos proposta por Botelho é ‘excelente’, pois garante um amparo para a Secretaria de Trabalho e Assistência Social (Setasc) manter os programas sociais como Ser Família Emergencial, distribuição de cobertores, cestas básicas

e construção de casas populares, já que a demanda por estes serviços aumentou durante a pandemia.

Max inclusive ‘desafiou’ Lúdio a apontar de onde o governo poderia tirar o dinheiro para reforçar as ações de assistência social, como defendeu o petista ao fazer sua alteração.

“O governo está aumentando o recurso para os filantrópicos

e vai ter mais dinheiro para os filantrópicos, mas também está pensando no social. E temos que aproveitar essa oportunidade que o governo está querendo fazer casas populares, qualificação profissional para oferecer cursos para as pessoas após a pandemia, para retomada da economia. E aí, vai tirar o dinheiro do Social?”, questionou o presidente.

## ENTENDA A GUERRA DO FEEF

O FEEF era um fundo temporário, mantido com contribuição das empresas que gozam de incentivos fiscais, e venceu no dia 30 de junho. Em projeto encaminhado à Assembleia, o governo propôs manter essa contribuição, direcionando os valores para o Fundo Estadual de Saúde (FES) e o Fundo de Apoio às Ações Sociais (FUS), na proporção de meio a meio. Na parte da Saúde,

o governo abriu mão dos recursos que eram destinados ao Estado, deixando esses para os hospitais filantrópicos e para os municípios.

No mesmo dia, o deputado estadual Eduardo Botelho (DEM) apresentou um substitutivo integral ao projeto, reduzindo os valores para a assistência social e aumentando o repasse à Saúde, na proporção de 80/20.

## FUNDO DE AVAL

## Estado será avalista de pequenos empresários

## Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Max Russi (PSB) encaminhou ao Executivo a Mensagem 83/21, anexada ao Projeto de Lei 497/2021, que institui o Fundo de Aval Garantidor de Mato Grosso, denominado

MT Garante, aprovado em 2ª votação na sessão plenária da última terça-feira (29 de junho). O texto aguarda agora sanção do governador Mauro Mendes (DEM).

Aprovado por unanimidade, o projeto de lei prevê que o Estado poderá ser avalizador das operações de financiamento contratadas

por meio da Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso, de cooperativas de crédito, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outros programas de instituições oficiais de crédito.

“Com a aprovação dessa lei, o governo vai depositar 100 milhões

numa conta para o Fundo de Aval e esse fundo vai gerar um crédito de mais de 1 bilhão, aos comerciantes, agricultores da agricultura familiar, ao pessoal da economia solidária, enfim, todos os setores serão beneficiados com juros mais baratos”, explicou Max Russi.

O governo afirma que o projeto busca ampliar

e incentivar o acesso a crédito pelos pequenos empreendedores mato-grossenses, por meio da criação de instrumento hábil para garantir linhas de créditos em benefício de setores fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do estado.

“Essa é uma grande ação do governo do Es-

tado, com o apoio total do Legislativo. Esperamos que o governador sancione a lei o mais rápido possível. O Fundo é um aporte importante para o desenvolvimento estadual. Uma proposição que vai gerar emprego, renda e melhorar a qualidade de vida do nosso povo”, avaliou Russi.

## REVIRAVOLTA

## Mauro Mendes volta atrás e vai à Justiça para retomar aulas presenciais

## Gabriel Soares

A novela da volta às aulas presenciais na rede estadual ganhou um novo capítulo na última quarta-feira (7). O governador Mauro Mendes (DEM) revelou que está estudando junto com a equipe jurídica do governo para derrubar a lei que só permite a volta às aulas quando todos os professores estiverem imunizados.

As aulas presenciais estão suspensas na rede pública estadual desde março de 2020, devido à pandemia de covid-19. Alguns municípios já retomaram as aulas na rede pública e uma lei da Assembleia Legislativa permitiu a reabertura das escolas particulares, classificando-as como serviço essencial. É nessa mesma lei que foi inserido o dispositivo que proíbe o retorno das aulas na rede estadual enquanto não houver 100% de imunização dos professores.

Inicialmente, o governador havia afirmado que não pretendia recorrer dessa decisão da Assembleia Legislativa. Contudo, ele voltou atrás para

garantir o retorno imediato às salas de aula, como orientou o Conselho Nacional de Educação. Mauro ainda fez críticas à Assembleia, afirmando que os deputados estão ‘jogando para a galera’ com objetivo de conquistar votos nas eleições de 2022.

“Às vezes, momentaneamente, a gente fica chateado, porque a gente gasta muita energia desfazendo essas lambanças. Chega um ponto assim que cansa. Estamos re-analisando. Eu falei inicialmente que não ia judicializar, mas nós estamos estudando, principalmente esse da educação, porque eu acho uma injustiça com os filhos da educação pública ficar tanto tempo parado”, afirmou.

Em conversa com jornalistas, Mauro comparou os servidores da Educação com os demais trabalhadores e argumentou que todos estão trabalhando normalmente, enquanto os professores só querem retornar ao trabalho presencial após a vacinação completa. Citou ainda que a maior parte dos trabalhadores

da Educação já recebeu a primeira dose das vacinas.

“Tem professores que não querem se vacinar, que não estão comparecendo. Como vai ficar? Não vai voltar nunca?”, questionou.

O Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública (Sintep-MT) ainda colocou mais lenha na fogueira durante o último final de semana, ao dizer que os professores só voltam às salas de aula após a vacinação dos estudantes. Por hora, a vacinação de adolescentes ainda não foi liberada no Brasil, o que deve fazer essa ‘novela’ se estender por um longo tempo.

Diante da nova postura do Sintep e da orientação do Conselho Nacional de Educação, o governo estuda uma forma de derrubar a lei na Justiça. O projeto já havia sido vetado pelo governo sob o argumento de inconstitucionalidade, pois a Assembleia estaria invadindo uma decisão administrativa do Poder Executivo e criando obrigações, o que violaria, em tese, o princípio da separação dos Poderes.

## FILA DO SUS

## Governo libera retomada das cirurgias eletivas

## Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (DEM) determinou a retomada das cirurgias eletivas nos hospitais públicos de Mato Grosso, que estavam suspensas desde março de 2020, para liberar leitos para pacientes de covid-19. A versão corrigida do decreto 989 foi publicada em edição extra do Diário Oficial do Estado (DOE) que circulou na segunda-feira (5).

O decreto ainda determina a retomada do expediente normal nos órgãos públicos de Mato Grosso. Antes, cada órgão ou entidade poderia suspender ou reduzir o horário de atendimento ao público conforme a necessidade, como medida para ajudar a prevenir contágios pelo novo coronavírus.

A determinação para retomada das cirurgias eletivas – aquelas que não são urgentes e podem ser programadas – surge após consecutivas quedas na taxa de ocupação dos leitos de UTI em Mato Grosso.

Na manhã de terça-feira (6), o Painel Covid-19 da Secretaria de Estado de Saúde (SES) apontava uma taxa de ocupação de 69,26% dos leitos de UTI Covid-19.

Com a suspensão das cirurgias eletivas por mais de um ano, houve um acúmulo de pacientes na fila por um procedimento. O governo trabalha em um programa para acelerar a realização dessas cirurgias, que deve ser anunciado em breve.

**PROGRAMA SUSPENSO** – O novo decreto ainda revoga o programa emergencial para abertura de leitos, criado no começo deste ano, no auge da segunda onda da pandemia. O programa permitia que os municípios abrissem novos leitos com suporte de ventilação ou oxigênio, com custo garantido pelo governo do Estado.

A suspensão do programa não atinge os leitos que foram validados até a data de publicação do novo decreto. Ou seja, fica impedida apenas a abertura de novos leitos.



## PÉ DE GUERRA

Contrariando a decisão do governo, deputados promulgam PEC e garantem que vão enfrentar a batalha jurídica pela readmissão de 61 servidores

# AL 'compra briga' pela Empaer

Gilberto Leite



Da redação

Ao promulgar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 10/2021 – a PEC da Empaer – o presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), garantiu que todos os deputados e a Procuradoria da Casa vão enfrentar a batalha jurídica para garantir a readmissão dos 61 servidores demitidos da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer).

A PEC da Empaer foi aprovada por unanimidade na terça-feira (6), quando ocorreram dois pedidos de vistas que travaram projetos importantes para o governo. O primeiro foi ao

PL que tem como objetivo reinstaurar o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal de Mato Grosso (FEFF/MT), para direcionar recursos aos fundos de Saúde (FES/MT) e de Apoio às Ações Sociais (FUS/MT). O segundo pedido de vistas travou a prorrogação do Programa Ser Família, o auxílio emergencial do governo estadual.

A Emenda Constitucional busca garantir a readmissão de 61 servidores demitidos pelo governo após decisão judicial. Eles foram contratados sem concurso, por meio de um processo seletivo ocorrido na década de 1990, durante o período de transição da Constituição Federal. O governo já adiantou que pretende acionar a Justiça para derrubar a PEC, pois entende que ela é inconstitucional. Max, por outro lado, garantiu alinhamento aos servidores.

“A gente respeita a posição do governo, o que o governo e a procuradoria entender como

certo a fazer é um direito deles. A Assembleia está junto com os servidores. Se precisar da nossa Procuradoria, todos os deputados estarão ao lado dos servidores, porque entendemos que, por mais de 20 anos, prestaram um bom serviço, trabalharam pela Empaer, se dedicaram e a gente entende que é direito deles permanecer no cargo”, frisou Max.

Max destacou que todos os deputados, independente de alinhamento político, se empenharam neste embate com o governo para que os servidores demitidos pudessem voltar aos seus postos de trabalho. Afirmou ainda que os deputados agiram com ‘pulso firme’ e de forma independente, contrariando uma decisão do governo. Acrescentou que, diferente do que disse o governador Mauro Mendes (DEM), os parlamentares não estão usando a PEC e os projetos de lei como palanque para a disputa eleitoral em 2022.



Ao promulgar a PEC da Empaer, Max garantiu que Assembleia dará assistência jurídica aos servidores demitidos da autarquia

“Não nos furtamos de vir nesse recesso, novamente, como pauta prioritária, a votação dessa PEC tão importante para os 61 servidores que estão sendo prejudicados com essa decisão. Ontem todos votaram favoráveis e isso mos-

tra que, mesmo com a divergência de opiniões, nesse projeto não teve divergência nenhuma”, falou.

Segundo Russi, a promulgação da PEC da Empaer põe um ponto final na discussão sobre a legalidade na

efetivação dos 61 servidores demitidos pelo governo. Agora, caberá aos sindicatos e aos próprios servidores buscarem a reintegração aos cargos, com apoio da Procuradoria da Assembleia, se necessário.

## XADREZ ELEITORAL

# DEM aproxima de Emanuel; PSD flerta com Mendes

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), anunciou que o novo secretário de Habitação e Regularização Fundiária do município será Leonardo Leão. Com isso, o prefeito se aproxima do Democratas, partido do governador Mauro Mendes, e ganha força para uma possível candidatura ao governo em 2022.

O jogo de xadrez político já começou e a es-

colha de Leonardo teve o aval de dos irmãos Júlio e Jayme Campos, que, segundo o prefeito, são apaixonados pela gestão que ele faz na capital.

“É o DEM ajudando a gestão Emanuel Pinheiro, que é a gestão por Cuiabá. O Leonardo Leão é um grande quadro e, além de ser um grande amigo pessoal, é um grande apoiador. [...] É o DEM histórico que estou dialogando e home-nageando. É o DEM de

Jayme e Júlio Campos, Jonas Pinheiro, que fez e faz história na política do estado e que vai contribuir muito com a gestão Emanuel Pinheiro”, declarou.

Apesar da escolha do novo secretário, Emanuel explanou que isso não o afasta da oposição ao governador Mauro Mendes. Ao menos por enquanto. O prefeito busca a aproximação de figuras históricas da sigla ao mesmo tempo em

que critica o grupo formado por Mauro, seu rival declarado.

**CONVITE DO PSD** – Apesar de dizer insistentemente que só tratará de política em 2022, Mauro já está sendo procurado nos bastidores para se posicionar. Na última semana, o governador recebeu um convite de filiação ao PSD, feito pelo presidente nacional da sigla, Gilberto Kassab, que busca articular o palan-

que eleitoral para disputa presencial no ano que vem.

O encontro entre Mauro e Kassab teria acontecido na semana passada, quando o governador viajou a Brasília. Kassab quer montar uma chapa forte para viabilizar a chamada ‘terceira via’, com objetivo de apresentar uma alternativa que não seja o presidente Jair Bolsonaro nem o ex-presidente Lula (PT).

**TROCA** – Leonardo será nomeado no lugar de Air Praeiro, que é defensor público e foi convocado para voltar para a Defensoria Pública de Mato Grosso. Informações de bastidores apontam que ele pode, inclusive, ser candidato a deputado estadual no ano que vem, com apoio dos defensores públicos. Durante o anúncio, Emanuel agradeceu o trabalho desenvolvido por Air, que fica na pasta até a próxima sexta (9).

## ACABOU O ‘NAMORO’

# Após críticas, Janaína Riva sinaliza romper com Mauro

Gabriel Soares

A deputada estadual Janaína Riva (MDB) reagiu no mesmo tom às críticas do governador Mauro Mendes (DEM), sinalizando um rompimento com o governo. O embate tem como pano de fundo a aprovação de uma série de projetos contrários aos objetivos do governo e foi agravado com a promulgação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 10/2021, a PEC da Empaer.

Inconformado com as decisões da Assembleia, Mauro afirmou que os deputados estavam “jogando para a plateia” e “mentindo” em busca de voto, pois sabem que a PEC da Empaer e os projetos de lei da energia solar e da vacinação dos professores são inconstitucionais.

Para Janaína, a fala de Mauro foi um desrespeito à Assembleia Legislativa e aos deputados que atuam na base de sustentação do governo.

“A Assembleia não pode se diminuir diante das acusações do governo que visam inibir

a atuação parlamentar, judicializando todas as questões aprovadas aqui. Essa Assembleia que antes ouvia um governador falar que os deputados eram malucos, que os deputados fazem tudo por voto, acabou. Vamos pressionar o presidente e ele vai ter que tomar uma atitude”, disparou.

A deputada que até outro dia defendia com todas as forças a reeleição de Mauro em 2022 sinalizou ainda que está revendo seu posicionamento. Afirmou que “Mato Grosso precisa de um estadista” e, citando especificamente o caso da Empaer, destacou que o estado precisa de “um governo que olhe pelo próximo”.

“Essa falta de sensibilidade e a falta de respeito com os parlamentares vem criando muito ruído. Ninguém é onipresente, e eu não acredito em uma única candidatura, principalmente com essa postura que o governo vem adotando”, desabafou.

**PEC DA EMPAER** – Estopim da crise políti-

ca, a PEC da Empaer foi promulgada na manhã desta quarta-feira. O governo prometeu recorrer à Justiça para derrubar o projeto, por entender que é inconstitucional, e a deputada Janaína Riva confirmou que a Assembleia vai enfrentar a batalha jurídica para fazer valer a decisão dos deputados. O posicionamento da parlamentar é acompanhado pelo presidente Max Russi e pelo primeiro-secretário Eduardo Botelho (DEM).

“O Estado não pode escantear as pessoas, jogar pro olho da rua, porque governos passam, a Assembleia fica e a população fica. Caso o governo judicialize, a Assembleia vai defender aquilo que acredita com o mesmo entusiasmo que o governo vai atacar contra. Tanto a questão do ICMS da energia renovável, a Assembleia está pronta para lutar por essa pauta na justiça, como também a Assembleia está pronta e com muito entusiasmo para defender os servidores da Empaer”, afirmou.

## ADIADO OUTRA VEZ

# TRE quer cassar Avalone, mas diverge sobre multa

Gabriel Soares

Apesar de ter unanimidade pela cassação do deputado estadual Carlos Avalone (PSDB), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) não concluiu o julgamento do recurso do parlamentar na terça-feira (7). Isso porque ainda há divergência quanto à aplicação de multa ao parlamentar por utilizar-se de manobras jurídicas com o objetivo de protelar o cumprimento da decisão judicial.

Na sessão desta terça, o presidente da Corte Eleitoral, desembargador Carlos Alberto da Rocha, apresentou seu voto abrindo divergência contra o voto do relator do caso, o juiz eleitoral Fábio Henrique.

O relator havia proferido voto no sentido de sequer conhecer o recurso impetrado pela defesa de Avalone, por considerar que os pontos questionados pelo advogado já haviam sido esclarecidos. Seu voto foi acompanhado pela maioria do Tribunal Pleno, mas Rocha resolveu divergir.



Cassação de Avalone é unanimidade no TRE, mas juizes divergem sobre multa

Apesar de abrir divergência, Rocha não mudou o teor da decisão. Ele concordou que os questionamentos da defesa não procedem e votou por negar o recurso. Então, Rocha abriu nova divergência, determinando que não deve ser aplicada multa ao deputado por apresentar recursos meramente protelatórios.

Inicialmente, o posicionamento de Rocha foi seguido por outros membros do Tribunal Pleno, mas uma discussão sobre o conceito de recursos protelatórios teve início e o juiz elei-

toral Jackson Coutinho resolveu pedir vistas do processo, para esclarecer a situação até o começo da próxima semana.

**O CASO** – Avalone foi cassado pelo TRE em 10 de dezembro de 2020, também por decisão unânime. Além da perda do mandato, foi determinada a anotação do registro de inelegibilidade na ficha de Avalone, para impedir candidatura futura. A defesa já tentou recorrer da cassação, mas o embargo foi rejeitado também por unanimidade, em sessão ocorrida no dia 26 de abril deste ano.

Gilberto Leite



## DA LAMA À PROSPERIDADE

Empresas de MT faturam concessão e vão investir R\$ 2 bilhões em melhorias no trecho da rodovia que liga Sinop aos portos do Pará

## Leilão dá fim a 45 anos de atoleiro

Divulgação/Minfra



## Da redação

O grupo Via Brasil BR-163 venceu o leilão de concessão da principal rodovia de Mato Grosso, no trecho entre Sinop (MT) e Miritituba (PA), realizado na quinta-feira (8). A concessionária, formada por empresas de Mato Grosso, foi a única a apresentar proposta. A execução do ato traz alívio ao governo federal que, com divulgação do vencedor, conseguiu emplacar a concessão mais atípica da história, com duração de apenas 10 anos – o comum é entre 20 e 35 anos. O grupo ganhou o leilão com a proposta de uma tarifa de pedágio de R\$ R\$ 0,07867 por quilômetro – deságio de 8,09%.

Nos próximos anos, o segmento de 1.009,52 quilômetros passa a ser gerido pela iniciativa privada, que deverá investir quase R\$ 2 bilhões em obras de melhorias

e construção de ramais de acesso aos portos do Pará. Além disso, o governo federal garantiu mais R\$ 1 bilhão para serviços operacionais e atendimentos voltados ao usuário.

O fato de a Via Brasil ter sido a única a participar do certame foi atípico, já que os bastidores do leilão apontavam para pelo menos três grupos interessados. Independente disso, a expectativa do setor é de uma gestão positiva.

“Chamou atenção o fato de não ter havido concorrência. Apenas uma proposta foi apresentada. O grupo vencedor tem expertise em concessões públicas e, especialmente, concessão rodoviária. Já operam rodovias concedidas pelo governo estadual. Entendo que está em boas mãos a concessão. Além da expertise, o Consórcio Via Brasil apresenta boas condições financeiras para bancar os investimentos necessários. O grupo já opera três concessões rodoviárias estaduais [em MT], conhece bem a realidade logística do estado”, avaliou o economista Vivaldo Lopes.

A conclusão desse processo põe fim à história de quase 45 anos de

construção da rodovia, que ao longo dos anos colecionou episódios de atoleiros, perdas e gastos elevados aos produtores de commodities de Mato Grosso.

“O leilão da BR-163 é um marco histórico para o crescimento e para o progresso do país. É uma das estradas mais importantes do Brasil, pelo poder que ela tem de transformar a logística e por ser a grande rota para o escoamento dos grãos produzidos no Centro-Oeste em direção ao Arco Norte”, recorda Tarcísio Gomes de Freitas, ministro da Infraestrutura.

O projeto consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração e melhorias. Os investimentos previstos no trecho acontecerão nos primeiros cinco anos da concessão.

Quase 50 quilômetros do trecho concedido contam com pavimento novo, inaugurado em 2020. Só a conclusão do asfaltamento permitiu que os caminhoneiros reduzissem em cerca de 10 dias o tempo que levavam para escoar os grãos produzidos em Mato Grosso.



Concessão da BR-163 não teve competição e foi vencida com lance único do Consórcio Via Brasil BR-163

O fim dos atoleiros também fez com que os portos do Arco Norte registrassem crescimento de cerca de 20% na exportação de grãos, igualando-se ao volume do porto de Santos. Já a diferença de custo para o produtor refletiu em uma economia de quase US\$ 20 por tonelada transportada – valor que pode ser ainda menor com a construção da Ferrogrão, que seguirá o mesmo traçado.

## PERFIL DA VENCEDORA

Consorcio formado por empresas mato-grossenses, o Via Brasil tem participação das empresas Conasa Infraestrutura SA, Zeta Infraestrutura SA, Construtora Rocha Cavalcante LTDA, Engenharia de Materiais LTDA e M4 Investimentos e Participações LTDA.

O grupo ingressou na logística mato-grossense em 2018, ao participar do leilão promovido pelo governo do Estado, por meio

do Programa de Parcerias com o Setor Privado.

Desde então, estão sob sua responsabilidade dois dos lotes licitados no leilão: o trecho de 111,9 km da MT-100, de Alto Araguaia até a divisa com Mato Grosso do Sul, e os 188,2 km das rodovias MT-320 e MT-208, desde o entroncamento com a BR-163 até o município de Alta Floresta, na Região Norte de Mato Grosso. O contrato de concessão é de 30 anos.

## NOVIDADE NO MERCADO

## Mato Grosso avança na produção de cachaça

## Da redação

O número de marcas de cachaça e aguardente registradas cresceu acima dos 10% em 2020. Apesar do gosto amargo deixado pela pandemia – que provocou queda de 23% no volume de consumo – a formalização de destilados avançou 18,5% para cachaça e 11,3% para aguardente. Os números do setor constam do Anuário da Cachaça 2021, divulgado nesta semana pelo Ministério da Agricultura (Mapa). O registro também mostra um aumento da participação de estabelecimentos aptos em

Mato Grosso. No período o número de marcas registradas de cachaças cresceu 25%, enquanto as de aguardente mais que dobrou.

“Em função da crise causada pela pandemia, do fechamento de bares e restaurantes, assistimos à queda no mercado da Cachaça em 2020 de mais de 23% em volume. O crescimento de produtores registrados apontado pelo Anuário 2021, apesar de pequeno, traz um pouco de alento para o setor e uma dose de otimismo”, avalia Carlos Lima, diretor executivo do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac).

No primeiro ano da pandemia em 2020, a formalização de produtos do tipo cachaça chegou a 20 marcas, ante as 16 do ano anterior. Já o registro de aguardente, que antes tinha apenas dois, subiu para cinco. Em 2020, o número de marcas de cachaça chegou a 4.743 e 780 de aguardente.

“O Anuário da Cachaça realizado pelo MAPA, que agora chega a sua 3ª edição, é uma importante entrega para o setor da Cachaça, pois possibilita que o setor se conheça e o Brasil conheça um pouco mais do seu destilado verde e amarelo”, pondera Carlos.

Segundo dados do anuário, o Brasil tem 5.523 marcas de cachaça e aguardente disponíveis no mercado para comercialização, coleção e degustação pelos apreciadores e colecionadores de rótulos destes destilados.

“Tivemos uma recuperação notável em relação ao ano anterior, considerando que estamos atravessando uma pandemia e o consumo desse tipo de bebida é extremamente impactado pela falta de eventos sociais e festejos”, avalia

Carlos Vitor Müller, coordenador-geral de Vinhos e Bebidas do Mapa.

**PRODUÇÃO** – Conforme o documento, houve um incremento de 4,14% quando comparado com o ano anterior. Em 2019, eram 1.086 estabelecimentos com registros válidos e, em 2020, este número aumentou para 1.131.

Em 2019, Mato Grosso tinha três estabelecimentos produtores de cachaça e também três de aguardente. No ano passado esses números de locais aptos para produ-

ção subiram para quatro em ambos os casos.

A aguardente de cana e a cachaça são bebidas destiladas obtidas a partir da cana-de-açúcar. Enquanto a cachaça pode ser obtida apenas a partir da destilação do mosto fermentado de cana, a aguardente pode ser obtida deste ingrediente e também a partir do rebaixamento do teor alcoólico do destilado alcoólico simples de cana. Outras diferenças são a graduação alcoólica e parâmetros físico-químico diferentes.

## Informalidade preocupa

## Da redação

Apesar de o resultado trazer otimismo, representantes do setor afirmam que problemas gerados pela informalidade preocupam e precisam ser combatidos. Segundo o Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac), a quantidade de produtores irregulares não-cadastrados no Ministério da Agricultura é superior a 89%.

O índice de informalidade é obtido a partir da comparação com os que foram identificados pelo Censo Agropecuario de 2016, realizado pelo IBGE.

Vários fatores contribuem para a alta informalidade na atividade: falta de fiscalização efetiva, questões culturais, desconhecimento da legislação, estão entre eles.

No entanto, para o representante do setor, o obstáculo principal está no ambiente tributário desequilibrado. Neste ponto, a entidade aponta que as discussões da reforma tributária e outras propostas que tramitam no Congresso Nacional podem garantir a retomada do setor ou acelerar o aumento da clandestinidade e o crescimento do mercado ilegal.

“Agora, esperamos poder contar com o apoio do Governo Federal e do Congresso, para que o setor não seja prejudicado na reforma tributária, com o aumento da carga tributária, e que tenhamos uma reforma ampla e que corrija as assimetrias existentes no setor de bebidas alcoólicas”, destaca Carlos.

O risco apontado no relatório da reforma tri-

butária está relacionado à possível criação de um ‘Imposto Seletivo’, para alguns segmentos, dentre eles o de bebidas alcoólicas. Outro projeto em tramitação, que preocupa o setor, é a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com uma alíquota de 12%.

Pesquisa realizada pela Euromonitor Internacional reforça o avanço da informalidade durante a pandemia, dentro da América Latina. Em análise anterior, em 2017, cerca de 28,8% do volume de litros de destilados comercializados eram ilegais. Em 2020, o levantamento feito para avaliar o impacto da covid-19 na América Latina calculou um avanço de 10% desse mercado ilegal, ou seja, quase 40% do volume vendido.



Miguel Schincariol

Em 2020, o número de marcas de cachaça chegou a 4.743, com mais 780 de aguardente